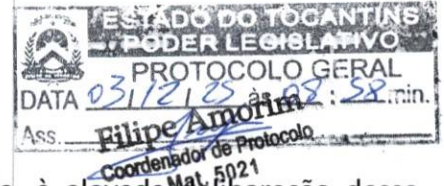


MENSAGEM Nº 81.

Palmas, 1º de dezembro de 2025.

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado Estadual **AMÉLIO CAYRES DE ALMEIDA**  
Presidente da ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS  
N E S T A

Senhor Presidente,



Encaminho, por intermédio de Vossa Excelência, à elevada deliberação dessa Augusta Casa Legislativa a Medida Provisória nº 17, de 1º de dezembro de 2025, que institui o Programa Estadual de Estágio e Qualificação Profissional – Programa Jovem Qualificado.

Trata-se de medida destinada a estruturar, em âmbito estadual, política pública abrangente voltada à inclusão produtiva, à formação profissional e ao desenvolvimento social de jovens tocantinenses, considerando a necessidade de ampliar oportunidades de estágio supervisionado e de promover a qualificação profissional como instrumento de fortalecimento das políticas de emprego, trabalho, renda e inclusão produtiva.

A iniciativa organiza, de forma integrada, ações e instrumentos destinados à oferta de vagas de estágio, à qualificação e ao acompanhamento das atividades de estágio e das ações de qualificação, bem como à articulação com instituições de ensino e entidades públicas e privadas, sob a coordenação da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, que atuará em articulação com órgãos e entidades públicas e privadas que desempenham atividades correlatas.

O Programa será custeado com dotações orçamentárias consignadas à Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, fundos estaduais, em especial o Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza – FECOEP-TO, condicionadas à existência de dotações específicas na Lei Orçamentária Anual, que poderão ser suplementadas, se necessário.

Desse modo, a proposta representa medida estratégica para o fortalecimento das políticas de emprego, trabalho e renda, ao ampliar a capacidade de inserção produtiva de jovens, promover a qualificação profissional articulada às demandas do setor produtivo e fortalecer programas estruturantes já executados pelo Estado.

À vista das considerações postas, submeto a matéria ao discernimento desse Egrégio Sodalício.

Atenciosamente,



**LAUREZ DA ROCHA MOREIRA**  
Governador do Estado, em exercício

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 17 DE 1º DE DEZEMBRO DE 2025.**

Institui o Programa Estadual de Estágio e Qualificação Profissional – Programa Jovem Qualificado.

O **VICE-GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS**, no exercício do cargo de **GOVERNADOR DO ESTADO**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 27, §3º, da Constituição do Estado, adota a seguinte Medida Provisória com força de Lei:

**Art. 1º** Fica instituído, no âmbito do Estado do Tocantins, o Programa Estadual de Estágio e Qualificação Profissional.

Parágrafo único. O Programa Jovem Qualificado destina-se à inclusão produtiva, à formação profissional e ao desenvolvimento social de jovens tocantinenses.

**Art. 2º** São objetivos do Programa Jovem Qualificado:

I – ampliar oportunidades de estágio supervisionado nos setores público, privado e no Terceiro Setor;

II – estimular a qualificação profissional e o desenvolvimento de competências;

III – promover a inserção de jovens em situação de vulnerabilidade social no mercado de trabalho;

IV – fortalecer as políticas públicas de emprego, trabalho e renda; e

V – fomentar ações integradas entre órgãos e entidades públicas, instituições formadoras, empresas e demais organizações parceiras.

**Art. 3º** O Programa Jovem Qualificado será coordenado pela Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, que deverá atuar em articulação com os órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual que desenvolvam atividades correlacionadas, bem como com demais órgãos e entidades envolvidos na execução e na operacionalização do Programa.

**Art. 4º** Para o cumprimento dos objetivos do Programa Jovem Qualificado, a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social poderá:

I – celebrar convênios, termos de cooperação e demais instrumentos congêneres com órgãos e entidades públicas ou privadas;



II – fomentar a oferta de vagas de estágio supervisionado, ações de qualificação profissional, acompanhamento pedagógico, intermediação de oportunidades e monitoramento de participantes; e

III – articular-se com entidades representativas dos setores produtivos, com vistas à ampliação de oportunidades de formação e aprendizagem.

**Art. 5º** A execução do Programa Jovem Qualificado observará integralmente a legislação federal aplicável aos estágios, especialmente a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.

**Art. 6º** As despesas decorrentes desta Medida Provisória correrão à conta do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza – FECOEP/TO, condicionadas à existência de dotações específicas na Lei Orçamentária Anual, que poderão ser suplementadas, se necessário.

**Art. 7º** O Poder Executivo regulamentará o disposto nesta Medida Provisória, para dispor sobre:

- I – critérios de participação;
- II – mecanismos de adesão;
- III – procedimentos operacionais;
- IV – responsabilidades institucionais; e
- V – formas de monitoramento, avaliação e fiscalização do Programa.

**Art. 8º** Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, no 1º dia do mês de dezembro de 2025; 204º da Independência, 137º da República e 37º do Estado.



**LAUREZ DA ROCHA MOREIRA**  
Governador do Estado, em exercício



MENSAGEM Nº 84.

Palmas, 15 de dezembro de 2025.

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado Estadual **AMÉLIO CAYRES DE ALMEIDA**  
Presidente da ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS  
N E S T A



Senhor Presidente,

Encaminho, por intermédio de Vossa Excelência, à elevada deliberação dessa Augusta Casa Legislativa, o Projeto de Lei nº 24, de 15 de dezembro de 2025, que altera a Lei nº 4.902, de 27 de novembro de 2025, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos profissionais da educação básica pública do Estado do Tocantins.

Trata-se de iniciativa dedicada a ajustar o marco temporal dos efeitos financeiros do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos profissionais da educação básica pública do Estado do Tocantins, de modo que passem a incidir a partir de 1º de outubro de 2025, mantendo-se inalteradas a estrutura de cargos, níveis, referências, critérios de evolução funcional e demais regras estabelecidas no referido Plano.

A iniciativa está consubstanciada nos estudos orçamentário-financeiros e atuariais que instruíram o processo administrativo que culminou com o advento da Lei nº 4.902, de 27 de novembro de 2025, os quais demonstraram a viabilidade da produção de efeitos financeiros a partir de 1º de outubro de 2025, em conformidade com os arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e com o art. 46 da Lei estadual nº 4.588, de 2 de abril de 2024.

Assim, ao compatibilizar a implementação do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração com a responsabilidade na gestão das finanças públicas, a medida consubstancia mais um instrumento de valorização dos profissionais da educação, respeitadas as condicionantes legais e as diretrizes de equilíbrio fiscal e atuarial.

À vista das razões postas, submeto a matéria ao discernimento dessa Egrégia Casa de Leis, solicitando regime de urgência na tramitação, nos termos do art. 28 da Constituição do Estado, e dos incisos II e VII do §1º do art. 132 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa.

Atenciosamente,

WANDERLEI BARBOSA  
CASTRO:34277323120

Assinado de forma digital por  
WANDERLEI BARBOSA  
CASTRO:34277323120  
Dados: 2025.12.15 22:18:31 -03'00'

**WANDERLEI BARBOSA CASTRO**  
Governador do Estado